

As modas nos modos de dizer

Alexandra Guedes Pinto

1. O factor social na mudança linguística

A reflexão que aqui apresentamos constitui uma adaptação de uma comunicação proferida na X edição das noites de Sociologia, que se organizaram este ano em torno do tema "A moda e a cidade". A nossa participação inscreveu-se no painel "Modas e modos" e, partindo de uma professora de Linguística, direccionou-se para a reflexão sobre as modas nos modos de dizer ou de falar.

Referimo-nos, ao longo da comunicação, a "modos de dizer ou de falar" e alternativamente também a "modismos", partindo da premissa de que esta é uma realidade já estudada e delimitada, o que não é verdade. Um bom começo, portanto!

De qualquer forma, os modismos encontram uma definição em algumas gramáticas do Português, sinal de que os linguistas os reconhecem como facto linguístico¹. Todavia, para abordar os modismos, mais do que uma perspectiva de Linguística do sistema, torna-se necessário assumir uma perspectiva sociolinguística, recorrendo a alguns dos instrumentos de análise que esta corrente propõe.

Começaremos por proceder a algumas definições preliminares básicas, que tomaremos como ponto de referência, embora correspondam a esquematizações insuficientes do fenómeno.

¹ Encontramos uma referência ao termo "modismo", por exemplo, em Lázaro Carreter, 1971, designando expressões próximas dos idiomatismos, que possuem uma grande vitalidade significativa na língua.

De um ponto de vista de Linguística interna, os modismos podem ter diversas constituições léxico-sintáticas: simples palavras: "bué", "super", "fixe", "altamente", "pronto"; expressões: "penso eu de que" ou mesmo frases: "vamos nessa?", "não havia necessidade". Podem mesmo afectar apenas o aspecto fonético da língua, quando se trata da divulgação de modos específicos de pronunciar as palavras, como é o caso muito recente da pronúncia de "líderes" com "e" fechado que se ouve na comunicação social, ou de prémio Nob(é) I com acentuação na última sílaba.

De um ponto de vista já sociolinguístico, os modismos podem ter diferentes proveniências, diferentes esperanças de vida, diferentes alcances geográficos ou socioculturais e diferentes funções no discurso. Existem, de facto, determinadas variedades linguísticas particularmente permeáveis aos modismos. A gíria estudantil é uma delas, sendo os modismos, ali, autênticas senhas identitárias de grupo².

Todavia, independentemente destas variáveis e concentrando a nossa atenção naqueles modismos que atingem a variedade padrão ou veicular³, parece-nos possível generalizar o princípio de que na origem da expansão de um determinado modo de dizer se encontram factores de ordem social e raramente factores intrinsecamente linguísticos.

De facto, como salientam Marcellesi e Gardin (1975) já a própria eleição de uma determinada variedade linguística sobre outra resulta de factores sociopolíticos. Ora, este fenómeno sociolinguístico global que dita a existência de uma norma linguística aplica-se também à expansão de determinados modos de dizer mais específicos.

Um episódio que vivenciámos recentemente pode, neste momento, servir-nos de base de reflexão sobre a matéria que tratamos aqui: uma apresentadora de televisão convidou-nos a participar no seu programa sobre tradições de Natal para falarmos de algumas das tradições linguísticas desta época. Uma das questões que ela registara no seu guião era a distinção entre as palavras *prenda* e *presente* pois que, segundo relatou, em alguns círculos

² Não problematizaremos aqui a existência de diferentes gírias estudantis que evidentemente se observam. A gíria dos estudantes do segundo e terceiro ciclos são diferentes da gíria dos estudantes universitários, entrando aqui o factor etário como decisivo. O que nos parece, de qualquer forma, é que podemos aceitar com Carvalho (1973:339-340) que a gíria se forma segundo um critério sócio-ocupacional, cumprindo funções de coesão grupai, tendo o factor geográfico um peso menor na determinação das especificidades destas linguagens.

³ Aquela que segundo Garmadi (1983: 53) é veiculada pelos instrumentos normalizadores da língua, tais como a escola, as gramáticas, os compêndios de ensino, os meios de comunicação de massas e que assegura a intercompreensão entre os falantes de uma comunidade linguística, onde a variação pode ser mais ou menos marcada.

lisboetas, se sentia a discriminação de *prenda* em favor de *presente*, tendo ela já assistido a um caso concreto de uma mãe que repreendia os filhos quando estes usavam a primeira palavra em vez da segunda. Ao questionarmo-nos sobre o assunto, esta locutora pretendia compreender e tornar claras as razões de um tal fenómeno.

Embora esta situação possa corresponder a um caso sem expressão, resultante de uma observação empírica mais ou menos isolada, ela serve-nos, de facto, para reflectirmos um pouco sobre algumas das razões que originam certas movimentações linguísticas. Com efeito, não parece existir nenhum motivo intrinsecamente linguístico que nos permita afirmar que *presente* é mais correcto do que *prenda*. Etimologicamente, os lexemas têm origens diferentes, todavia, todos os dicionários do Português compreendem ambos os vocábulos nas acepções de *dádiva*, *brinde*, *oferta*, e registam estas realizações em autores já muito recuados. Por exemplo, *prenda*, em Fernão Mendes Pinto, *Peregrinações* e, *presente*, em Camões, em *Os Lusíadas*.⁴ E o que verdadeiramente importa é que na sincronia da língua estes vocábulos são funcionalmente equivalentes, usados como sinónimos, até na descrição metalinguística que os lexicólogos fazem de um e de outro.

No entanto, se aquele fenómeno de oscilação ou variação sincrónica entre um e outro lexema estivesse de facto em curso, ou seja, se uma dada comunidade linguística oscilasse no emprego destas duas formas lexicais funcionalmente equivalentes, o único motor que poderia justificar a expansão de uma das formas sobre a outra, ao ponto de poder determinar uma mudança linguística patente na diacronia - neste caso o declínio de *prenda* - seria um motor social.

De facto, tal como Labov comprovou (cit in Marcellesi e Gardin, 1975) (cit. in...), a estratificação social reflecte-se na língua sob a forma de uma estratificação linguística. Os sujeitos falantes integram-se num determinado grupo de pertença com o qual partilham a maior parte dos hábitos linguísticos, sendo o seu comportamento também influenciado pelo grupo de referência, aquele grupo social que eles tomam como exemplo e cujos hábitos linguísticos imitam. Ora, é este fenómeno de imitação dos hábitos linguísticos das classes de referência que, frequentemente, conduz à expansão de um determinado modo de dizer face a outro⁵. Os modos de dizer estão associados a juízos de

⁴ Dados extraídos da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIII.

⁵ A variável do grupo de referência torna-se particularmente importante na análise de grupos sociais tais como os que Labov apelidou, para a sociedade norte-americana, de "lower middle class", nos quais se tornam também particularmente significativos fenómenos como os da insegurança e hipercorreção linguística (Labov, 1975: 84).

valor que derivam dos contextos sociais em que ocorrem. Quando um determinado modo de dizer evoca os grupos sociais que actuam como referência, ele é visto como prestigiante, quando um outro modo de dizer evoca grupos sociais mal conotados, ele é visto como desprestigante. Verificamos, assim, que os juízos de valor que se projectam sobre a língua não são de natureza linguística, antes, reflectem a estrutura social⁶ e, embora nos estejamos a concentrar na variação diastrática, estes afectam também a variação diatópica.

Assim, sendo o comportamento linguístico uma parcela do comportamento social do sujeito, este, de forma a obter valorização social, tende a integrar no seu uso as variáveis de prestígio em desfavor das outras. Primeiro, começa por incorporar as variáveis de prestígio aos tipos de discurso em que o autocontrolo é maior, ou seja, em situações tensas ou formais; depois, estas variáveis vão-se automatizando, acabando por se generalizar a todas as situações. Neste momento, podemos dizer que a expansão da variável se consumou.

Ora, a eleição de um determinado modo de dizer sobre outro pelos elementos que integram um grupo de referência pode, num determinado momento histórico, não decorrer directamente da preferência consciente por uma forma mais correcta, mas simplesmente da necessidade de segregação de hábitos diferenciadores que mantenham a estrutura social classista estável. Este é um princípio sociológico válido para várias formas do comportamento humano, e não só o linguístico. Veja-se o exemplo das regras de cortesia ou etiqueta: assim que um subconjunto de regras diferenciadoras deixa de exercer funções de diferenciação, pelo facto de ser assimilado pela população em geral, as classes mais altas segregam um novo subconjunto de regras que garanta a estabilidade da diferença. É possível que na sincronia do comportamento social estes mecanismos não sejam visíveis, todavia uma perspectiva diacrónica, tal como a que nos fornece Norbert Elias sobre as sociedades de corte (1985), torna este funcionamento bem visível.⁷

Ainda, por outro lado, a eleição de um determinado modo de dizer pode resultar daquilo que poderíamos chamar um "equivoco". Voltando, de novo, ao nosso exemplo do par *prenda e presente*, podemos extrapolar que, naquele

⁶ Nas palavras de Garmadi (1983: 29): "Atribuem-se às variantes, quer sejam de fonologia, de gramática ou de léxico - e portanto às variedades linguísticas que constituem -, valores sociais que reflectem relações sociais. A desigualdade das línguas (e das variedades) é realmente um facto de superestrutura."

⁷ E, tal como salienta este autor, este tipo de sociedades, pelas características particulares que encerram, funcionam como micro-sociedades, amostras da sociedade global, onde os rituais sociais podem ser observados de forma hiperbolizada.

caso concreto da mãe que repreende os filhos quando estes dizem *prenda* em vez de *presente*, esta mãe pode ter razões sociolinguisticamente legítimas para actuar assim, se sente o termo *prenda* como socialmente estigmatizado. No entanto, a sua motivação pode não decorrer desta consciência sociolinguística, mas, simplesmente, de um fenómeno de hipercorreção, que a conduz a, na dúvida e na sequência de insegurança linguística, introduzir correções no discurso que, neste caso, afectam o léxico mas podiam afectar a fonética ou a sintaxe, afastando-o da variedade que ela utiliza normalmente.

Do ponto de vista sociolinguístico, um locutor em situação de insegurança linguística é aquele que, adoptando uma norma vinda do exterior (do cimo da hierarquia social) e não a tendo interiorizado, não lhe conhece, portanto, os limites e não a sabe aplicar correctamente. Assim, acaba por realizar uma variável hipercorrecta, ou seja, uma variável que ultrapassa aquela que é identificada com a norma.⁸ Por isso, dissemos acima que algumas alterações linguísticas podem ocorrer por uma espécie de equívoco.

Note-se, todavia, que toda esta reflexão se teceu em torno de um caso que possivelmente não é mais do que isso. No entanto, até porque se baseou em factos verdadeiros, serviu-nos, na mesma, para compreendermos como os modos de dizer cumprem muitas vezes funções identitárias, distintivas do ponto de vista sociolinguístico, estando a mudança linguística profundamente interligada com a dinâmica social.

2. Novos instrumentos normalizadores: os meios de comunicação de massas.

Ora, como podemos verificar, alguns dos exemplos de modismos que listámos no início da nossa comunicação eram fórmulas linguísticas provenientes/adaptadas do discurso dos meios de comunicação de massas. Se assim é, e dado o quadro analítico que expusemos, podemos extrair a conclusão legítima de que o discurso destes meios de comunicação actua já, na nossa sociedade, como discurso de referência.

Com efeito, este fenómeno é, em parte, compreensível, já que o discurso dos mass-media se identifica parcialmente com o discurso do poder e o

⁸ Para confrontar uma descrição dos testes aplicados por Labov para medir o índice de insegurança linguística e definir o fenómeno da hipercorreção, consultar Marcellesi e Gardin, 1975: 143-165. Para confrontar ainda as conclusões de Labov sobre o papel da hipercorreção na mudança linguística, ver Labov, 1975: 84 - 113.

discurso da cultura, pelo que se compreende que assumam funções de discurso padrão. Quando Garmadi delimita a variedade veicular, ela inclui na sua definição a força normalizadora que os meios de comunicação de massas possuem, à semelhança de instituições como a escola, as gramáticas, os compêndios de ensino (Garmadi, 1983: 53).

Todavia, devemos lembrar aqui que os meios de comunicação de massas (m.c.m.) envolvem discursos tão díspares como o discurso jornalístico, o discurso político, o discurso publicitário e outros, mas que, apesar das diferenças de funcionamento, todos eles actuam, em uníssono, como discursos de referência.

A acção modalizadora do discurso destes meios materializa-se muitas vezes na divulgação de enunciados tais como slogans publicitários, tiradas humorísticas, frases emblemáticas de personalidades/personagens célebres, que, depois de adoptadas pela generalidade dos falantes, revelam um comportamento sociolinguístico e pragmático muito interessante.

Relembremos, apenas para ilustrar um pouco a nossa reflexão, alguns destes exemplares, cuja pervivência lhes parece negar o estatuto de modismos:

Aquela máquina! (Regisconta)

Veio para ficar e ficou mesmo! (Toyota)

Há mar e mar. Há ir e voltar. (Alexandre O'Neil para campanha de prevenção social)

Se bem me lembro... (título e frase célebre do programa de Vitorino Nemésio)

Algumas destas frases assemelham-se, de facto, a aforismos, revelando uma esperança de vida mais prolongada do que a dos modismos, cuja essência é a de terem justamente uma vida fulgurante mas efémera. Todavia, o facto de se cristalizarem, por mais ou menos tempo, na memória discursiva de uma comunidade é revelador da força padronizadora dos discursos de que provêm.

Anotemos também alguns exemplares mais recentes:

Falar assim é Optimus!

Novidades, novidades, só no Continente!

Tou xim ? Ép'ra mim! (Telecel)

Não havia necessidade! (frase da personagem de Herman José, diácono Remédios)

Penso eu de que., (frase divulgada pelo programa Contra-Infomação, atribuída ao presidente do FCP, Pinto da Costa)

Não devemos deixar de referenciar, ainda que passageiramente, a importância de certas circunstâncias internas, composicionais, relativas à construção destas fórmulas, na memorabilidade das mesmas; assim como, circunstâncias externas, relacionadas com a forma repetitiva, "matraqueada" e massificada como essas mensagens são transmitidas e recebidas.

Depois de adoptadas, estas fórmulas circulam na linguagem corrente e são rentabilizadas na interacção com funções diversas, mas que mantêm coeficientes comuns: como ditos humorísticos, lições de moral, "concentrados de mensagem", remates de conversa, em qualquer caso, estereótipos linguísticos com baixo teor informativo mas alto grau de reconhecimento. Quando as trocamos na conversação, para além das funções mais específicas que cumprem numa interacção particular, estamos a trocar senhas de coesão social. Porque todas as reconhecemos, elas tornam-se um sinal identitário de uma determinada comunidade.

Ora, esta função apenas confirma o poder socializador do discurso dos m.c.m. . Eles funcionam, de facto, como mediadores da integração social dos sujeitos. E o aspecto linguístico - a divulgação de modas nos modos de dizer - é apenas uma subcomponente de um fenómeno mais vasto que afecta mais visceralmente os modos de estar e de ser.

Com efeito, num círculo de conversas que se teceu em torno do tema "A moda e a cidade", é pertinente lembrar que, por exemplo, a Publicidade é uma das instituições mais responsáveis pela divulgação e renovação de modas nas sociedades consumistas actuais. De todos os discursos mediáticos este é aquele em que a relação mimética sociedade/discurso se torna mais flagrante. É que no caso da Publicidade não são só os modos de falar que a sociedade mimetiza, mas sim todo o conjunto de padrões comportamentais de normalidade e a-normalidade que ela veicula. É certo que as imagens e frases difundidas são concentrados "hiper-ritualísticos" das nossas próprias vivências (Goffman: 1979), ou seja, são espelhos caricaturais de nós mesmos, da nossa vida real ou sonhada, razão pela qual exercem um forte poder de atracção sobre nós e garantem uma assimilação mais pacífica. Ao contemplarmos essas imagens e repetirmos esses slogans, estamos inconscientemente a re-encenar a nossa própria vida e inconscientemente também a absorver as regras do jogo social.

Quando consumimos os produtos que a Publicidade enche de sentido, celebramos um ritual de integração social, já que aceitamos que aqueles digam de nós a partir do que a publicidade diz deles (Pinto, 1997:32). Assim também, quando consumimos as modas linguísticas que a publicidade e os outros discursos de massas põem ao nosso dispor, celebramos o mesmo ritual social

de confirmação da "cola informacional" que nos une e nos ajuda a aceitar o mundo tal como ele é. (Escarpit, 1981).

Estas modas linguísticas que os discursos de massas têm a capacidade de impor são, pois, provas do papel socializador mais abrangente que estes discursos desempenham nas modernas sociedades.⁹

Podemos dizer, desta forma, que os modismos cumprem funções socializadoras importantes. Tal como dissemos acima, eles são, do ponto de vista sociolinguístico, unidades distintivas, na medida em que são marcadores diferenciadores das variedades linguísticas. Todavia, eles podem acumular no discurso outro tipo de funções, uma das quais salientaremos de seguida.

3. O uso: uma norma paralela

Dissemos, no início, que algumas variedades de língua são mais permeáveis aos modismos do que outras. Esta maior ou menor permeabilidade contribui para acentuar a distinção fulcral entre língua escrita e língua falada. Com efeito, a primeira é o espaço privilegiado da variação e, logo, da introdução de modismos, ao contrário da última. Aliás, na língua falada, ainda não suficientemente estudada pelos linguistas, existe uma rentabilização alternativa de toda a gramática da língua, quer pensemos em gramática na acepção de gramática normativa ou na acepção de gramática interiorizada, que os generativistas tentam formalizar. Muitas subcomponentes da língua são subaproveitadas, como acontece, por exemplo, com o sistema verbal; outras são sobrepotencializadas, como acontece, por exemplo, com as *partículas interaccionais* (PI's) ou *marcadores de estruturação da conversação* (MECS).¹⁰

⁹ Pela via da publicidade entram palavras na língua que se fixam no uso corrente da mesma, ultrapassando, por isso, o estatuto de modismos. Nomes de marcas que se lexicalizaram, sofrendo um processo de conversão morfológica de nomes próprios para nomes comuns: kispo, kleenex, gilette, tupperware, lego, vaselina. Nomes criados especificamente para designar um produto novo, por exemplo, através do processo do entrecruzamento de palavras: diciopédia. Estes são processos legítimos e produtivos de formação de palavras novas na língua que denunciam a natureza viva e social deste organismo.

¹⁰ *Partículas interaccionais* - PI -, *marcadores de estruturação da conversação* - MECS -, ou ainda *lubrificantes discursivos* ou *pontuadores discursivos*, consoante o autor que as refere, dizem respeito a uma nova categoria discursiva que congrega uma multiplicidade de sinais linguísticos que, esvaziados das suas funções tradicionais e do seu sentido lexical, responderá à mesma função de estruturação do discurso oral. As designações *partículas interaccionais* e *marcadores de estruturação da conversação* remontam respectivamente a De Spengler, 1980 e a Gulich, 1970.

Ora é justamente sobre uma palavrinha que podemos enquadrar nesta classe discursiva que vamos reflectir em seguida: a PI *pronto* e a sua variante *prontos*. Considerámo-la modismo já que o seu aparecimento na língua corrente falada é recente, a sua expansão foi notável, o seu uso é generalizado e, para já, tem revelado uma grande resistência às vozes mais condenatórias. O seu enquadramento na classe das Pis ou dos MECs justifica-se pela função que ela cumpre no discurso. É que, efectivamente, no discurso falado o *pronto* não é o *pronto*, adjectivo que encontramos definido e classificado nas gramáticas e dicionários do Português, é um outro *pronto*, com outras funções. A função que Edmonson e House (1981) traduziram pela expressão "lubrificantes discursivos". Com efeito, este lexema esvaziou-se do seu sentido lexical habitual, saltou da classe gramatical dos adjectivos e vocacionou-se para funcionar na língua falada como estruturador da conversação, dando sinais importantes aos intervenientes da forma como esta está a decorrer - por exemplo, sinais de início de intervenção, de fim de intervenção, de passagem de vez, de retoma de vez, de mudança de tópico, entre outros - à semelhança de tantas outras palavras, segmentos de palavras ou expressões como: "portanto", "pá", "não é?", "ora bem".

A classe das Pis, que congrega elementos de muitas classes sintácticas tradicionais, é particularmente permeável aos modismos, sendo que uma palavra que actua como regulador conversacional numa determinada geração pode não actuar da mesma forma na geração seguinte, ou pode, mesmo funcionar idiossincraticamente no discurso de um só sujeito. Com efeito, esta classe de palavras possui uma rentabilização bastante variável, dependendo muito do "pacto discursivo" tácito específico que se celebra em cada interacção.¹¹

Quando nas aulas estas Pis - a versão sociolinguisticamente mais neutra *pronto* e a concorrente mais marcada *prontos* - "vêm à baila", os alunos ficam claramente à espera de que condenemos o seu uso, colocando aquele poderoso rótulo de "incorrecto" a esta forma de expressão. Diga-se, aliás, que se esperam este juízo relativamente a *pronto*, muito mais o esperam relativamente a *prontos*.

Todavia, em sintonia com uma abordagem em Linguística descritiva (que

¹¹ Recordo-me, por exemplo, de ter começado a suspeitar que a insuspeita palavra *exacto* funcionava como PI no discurso de uma colega, depois de ter verificado que ela ocorria recursivamente nas suas intervenções e, aparentemente, esvaziada de sentido lexical. Mas só fiquei convencida do facto, quando tendo formulado, no meio de uma conversação, uma pergunta aberta, do tipo: "E quantas vezes disseste isso?", obtive a resposta distraída: "Exacto."

não pode, apesar de descritiva, perder de vista que a norma é uma entidade psicossocial actuante, relativamente à qual os falantes pautam o seu comportamento linguístico), aquilo que podemos constatar é que esta PI é massivamente usada em contexto falado, sendo este, pois, um movimento que se encontra em acção na nossa língua e que importa compreender. Aqui os rótulos "correcto"/ "incorrecto" não se adequam, visto que o uso consagrou esta PI, sugerindo que ela cumpre funções importantes no discurso, ou seja, supre necessidades reais dos falantes.

Se assim é, a única mudança que poderíamos conseguir com a sanção do *pronto* seria a sua substituição por uma outra PI. Mas seria meramente uma questão formal porque a função teria de ser desempenhada por um qualquer outro sinal. Com efeito, imaginar um discurso falado, dialogai, espontâneo, completamente depurado de Pis é conceber um discurso artificial e talvez até um pouco ininteligível ou comunicativamente pouco eficaz. Como revelam as tendências mais actuais dos estudos sobre estes sinais na conversação, estas partículas podem ser substituídas por gestos, entoações, pausas vazias, mas os sinais estão lá, semioticamente marcados por outras formas de comunicação
,¹²
que não a verbal.

Assim, se estes sinais são necessários, como dar resposta à sensação de incorrecção que eles, por vezes, suscitam? Parece-nos, por um lado, que há uma fronteira importante a respeitar: assim como dissemos que eles são funcionalmente importantes, já que ajudam emissor e receptor a coordenar a conversa, também temos que aceitar que, se o seu aparecimento for vicioso, então em vez de ajudarem, atrapalham, deixando, pois, de cumprir a sua função. Por outro lado, a sensação de incorrecção e de conotação sociolinguística negativa que o *prontos* acciona em alguns falantes, relaciona-se, quanto a nós, com o facto de esta forma ser o resultado de uma deturpação fonética da original *pronto*, em virtude de um fenómeno de reforço de palavra semelhante ao que acontece com as formas expletivas "alevantar", "assentar" alternativas às formas neutras-padrão correspondentes. Ora, estes fenómenos de deturpação fonética de palavras, neste caso por adição de sons, são fenómenos frequentes da variedade popular e portanto, são marcadores de uma variedade que não actua na sociedade como uma variedade prestigiante. Daqui se pode compreender como a variável *prontos* parece ser socialmente estigmatizada. Ainda, por outro lado, parece-nos que a sensação de incorrecção pode ter outra explicação: a de que as Pis, como sinais

¹² Para confrontar um estudo recente sobre o comportamento destes sinais na conversação, ver, por exemplo, Rodrigues, 1998..

semanticamente vazios, tendem a ser olhadas e usadas como palavras invariáveis e que, portanto, não se pluralizam, nem assumem formas marcadas de género. À parte estas razões, que talvez só um falante com alguma consciência metalinguística consiga calcular, o *prontos* tem um comportamento discursivo igual ao do *pronto*, sendo, a este nível, igualmente funcional.

As considerações algo dispersas que fizemos nesta breve reflexão, pretenderam ser apenas uma forma, mais ou menos informal, de referir alguns dos motivos que estão na origem da expansão de modas no discurso. Muitas vezes, não conseguimos um distanciamento suficiente para com a língua - esse "objecto" que integra a nossa identidade - para compreendermos que aquilo que consideramos *norma* num determinado momento é uma realidade historicamente relativa e fortemente condicionada pelos factores que condicionam a própria História: a política, a sociedade, a economia, a cultura. Entre a norma e o uso existe uma relação de constante conflito e constante acomodação. A norma não pode ser vista, aliás, como uma entidade una e objectiva. Paralelamente à norma mais abstracta e geral, coexistem normas subjectivas que vigoram no interior de subgrupos sociais, cujo conhecimento e cumprimento também caracterizam o falante bem-sucedido. Terminaremos por dizer, como uma última estocada no prescritivismo linguístico, que tal como Hymes já há muito tempo salientou (1972: 277) : "A person who chooses occasions and sentences suitably, but is master only of fully grammatical sentences, is at best a bit odd. Some occasions call for being appropriately ungrammatical."

Bibliografia

- Carvalho, José Herculano de, 1973 - *Teoria da Linguagem: natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Vol. II, Coimbra, Atlântida editora.
- De Spengler, Nina, 1980 - "Première approche des marqueurs d'interactivité" *Cahiers de Linguistique Française*, 1. Genève, Unité de Linguistique Française.
- Edmonson, W. & House, J., 1981 - *Let's talk and talk about it*. Munich, U&S Padagogik.
- Elias, Norbert, 1985 - *La société de cour*. Paris, Flammarion.
- Escarpit, Robert, 1981 - *Théorie de l'Information et pratique politique*. Paris, éditions du Seuil.
- Garmadi, Juliette, 1983 - *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa, D. Quixote.
- Goffman, Erving, 1979 - *Gender Advertisements*. London, Macmillan.
- Gulich, Elisabeth, 1970 - *Makrosyntax der Gliederungssignale im Gesprochenen Französisch*. Munich, Fincke.
- Hymes, Dell H., 1972 - "On Communicative Competence" in Holmes, Janet and Pride, J.B. (eds) *Sociolinguistics*. Great Britain, Penguin.

- Lázaro Carreter, 1971 - *Diccionario de términos filológicos*. 3ª ed., Madrid, Gredos.
- Labov, William, 1975 - "Hypercorrection by the lower middle class as a factor in linguistic change" in Bright, William (ed), *Sociolinguistics - Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference, 1964*. The Hague, Mouton.
- Marcellesi, J.-B. e Gardin, B, 1975 - *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa, editorial Aster.
- Pinto, Alexandra Guedes, 1997 - *Publicidade: um discurso de sedução*. Porto, Coleção Linguística/Porto editora.
- Rodrigues, Isabel Galhano, 1998 - *Sinais conversacionais de alternância de vez*. Porto, Granito editores e livreiros.